



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Gabinete do Desembargador Eleitoral José Fernandes Júnior

Processo n. 327-94.2012.6.04.0036 – Classe 30

Embargos de Declaração em Recurso Eleitoral em AIJE

Embargante: Saul Nunes Bemerguy

Advogados: Simone Rosado Haia Mendes e outros

Embargado: Ministério Público Eleitoral da 36ª Zona

Relatora: desembargadora Ana Paula Serizawa Podedworny

Relator designado: desembargador José Fernandes Júnior

Acórdão nº 021/2019

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO. AUSÊNCIA. GRAVAÇÕES DAS SESSÕES PLENÁRIAS. INSUFICIÊNCIA. OMISSÕES RECONHECIDAS. PROTOCOLO EM ÓRGÃO DIVERSO. TRÍDUO LEGAL. BOA-FÉ PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. PRIMAZIA NA RESOLUÇÃO DE MÉRITO. TEMPESTIVIDADE. EFEITOS INFRINGENTES. CONHECIMENTO DO RECURSO ELEITORAL. MÉRITO DO RECURSO ELEITORAL. CONDUTA VEDADA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONHECIMENTO PRÉVIO. AUSÊNCIA. CONJUNTO PROBATÓRIO. INSUFICIÊNCIA. AIJE. IMPROCEDÊNCIA.

1. As gravações das sessões plenárias não substituem a indicação expressa dos fundamentos usados pela Corte nas suas deliberações, de modo que a existência desses registros audiovisuais não exime o Tribunal do dever de fundamentar suas decisões.

2. Não houve manifestação acerca do motivo pelo qual a Corte desconsiderou o protocolo da Justiça Federal, conquanto a data registrada se insira no prazo legal de 3 (três) dias para a propositura do recurso.

3. Quanto ao não conhecimento do recurso eleitoral, muitos são os precedentes nos quais se afastou, após ponderadas as circunstâncias do caso, a intempestividade de recurso



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Gabinete do Desembargador Eleitoral José Fernandes Júnior

protocolado em órgão ou setor diferente do previsto. Precedentes de Tribunais Regionais Federais e do Supremo Tribunal Federal.

4. No caso concreto, o setor de protocolo da Subseção Judiciária de Tabatinga recebeu o recurso sem qualquer resistência ou advertência.

5. O protocolo se deu dentro do horário de funcionamento da Justiça Eleitoral, e a distância entre a sede da Justiça Federal em Tabatinga e o Cartório da 36ª Zona Eleitoral perfaz, tão somente, 1,5 Km, o que afasta eventual benefício para o Embargante.

6. A questão do protocolo não foi objeto de controvérsia em nenhum momento da instrução do processo, sendo implicitamente admitidas pelo Juízo *a quo* e pelas partes, de modo que se verifica a completa ausência de prejuízos seja às partes, seja à celeridade processual.

7. As circunstâncias do caso concreto permitem privilegiar não somente a instrumentalidade das formas, mas também a primazia na resolução do mérito, a fim de afastar o tecnicismo excessivo e possibilitar o duplo grau de jurisdição quanto a fundamentais questões meritórias.

8. Em relação ao mérito do recurso, se mostra necessária a demonstração clara e objetiva de que o gestor público deve ter conhecimento prévio dos fatos que lastreiam eventual conduta vedada.

9. O conjunto probatório dos autos é insuficiente, não havendo qualquer prova no sentido de que o Recorrente tinha conhecimento prévio de doações de quaisquer bens públicos.

10. Não há qualquer referência à sanção de inelegibilidade na Lei nº 9504/97, quanto à prática de conduta vedada.

1



PODER JUDICIÁRIO

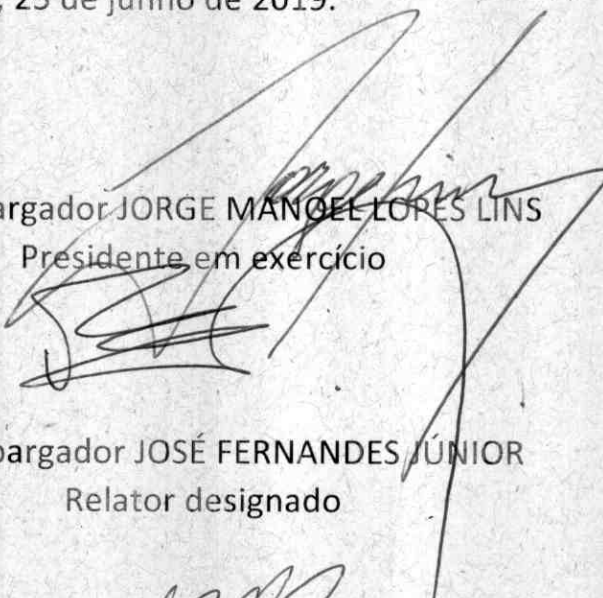
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Gabinete do Desembargador Eleitoral José Fernandes Júnior

11. Embargos conhecidos e providos, imprimindo-lhes efeitos modificativos, a fim de conhecer e prover do recurso eleitoral.

Acordam os Membros deste egrégio Tribunal Regional Eleitoral, por maioria de votos, em dissonância com o parecer ministerial, pelo CONHECIMENTO e pelo PROVIMENTO dos Embargos de Declaração, imprimindo-lhes efeitos infringentes, a fim de que seja dado total provimento ao recurso eleitoral interposto em face da sentença de piso que julgou procedente à AIJE, nos termos do voto do desembargador José Fernandes Júnior, que fica fazendo parte integrante deste julgado. Vencidos a eminente Relatora, que votou pelo NÃO PROVIMENTO dos Embargos de Declaração e o desembargador Aristóteles Lima Thury.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, em Manaus, 25 de junho de 2019.



Desembargador JORGE MANOEL LOPES LINS
Presidente em exercício

Desembargador JOSÉ FERNANDES JÚNIOR
Relator designado



Doutor RAFAEL DA SILVA ROCHA
Procurador Regional Eleitoral



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

Processo n. 327-94.2012.6.04.0036 – Classe 30 (Tabatinga)

Recurso Eleitoral em AIJE – Eleições 2012

Recorrente: SAUL NUNES BEMERGUY

Advogados: Simone Rosado Maia Mendes

Luiz Antônio de Araújo Cruz

Eduardo Alvarenga Viana

Pualani Moreira Barreto

Jamerson Damasceno Pinheiro de Menezes

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Relatora: Juíza Ana Paula Serizawa Silva Podedworny

SADP n. 53.712/2012

RELATÓRIO

Cuida-se de **Embargos de declaração** manejados por **SAUL NUNES BEMERGUY** em face do Acórdão nº 003/2019, que não conheceu recurso eleitoral manejado pelo embargante em razão da intempestividade.

Em apertada síntese, alega o embargante **(1)** ausência de parte das declarações de voto integrantes do acórdão, **(2)** violação do princípio da não-surpresa e **(3)** possibilidade de se reconhecer a tempestividade do recurso protocolizado em órgão diverso com fundamento nos princípios da boa-fé e da primazia do julgamento do mérito.

Em decisão interlocutória prolatada às fls. 497, foi determinada a juntada das declarações de voto faltantes e renovação do prazo recursal, ocasião em que o embargante ratificou os embargos inicialmente interpostos.

Instado a se manifestar, o Ministério Público salientou que a intempestividade consiste em vício formal insanável em matéria de ordem pública, motivo pelo qual não há que se falar em violação aos princípios da primazia do mérito e da não surpresa.

Quanto ao protocolo em juízo diverso, afirmou que o acórdão em está em sintonia com a jurisprudência do TSE e do STJ e que o embargante sequer comprovou a tempestividade do recurso no juízo onde foi realizado o protocolo.

Ao final, pugnou pelo desprovimento dos embargos.

Em petição de fls. 519, o requerente apresentou petição e documento, reafirmando que não houve má-fé no protocolo de petição em juízo diverso.

O Ministério Público, por sua vez, ratificou integralmente os termos de suas contrarrazões.

É o breve relatório.



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

Processo n. 327-94.2012.6.04.0036 – Classe 30 (Tabatinga)

Recurso Eleitoral em AIJE – Eleições 2012

Recorrente: SAUL NUNES BEMERGUY

Advogados: Simone Rósado Maia Mendes

Luiz Antônio de Araújo Cruz

Eduardo Alvarenga Viana

Pualani Moreira Barreto

Jamerson Damasceno Pinheiro de Menezes

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Relatora: Juíza Ana Paula Serizawa Silva Podedworny

SADP n. 53.712/2012

VOTO

Recurso próprio, tempestivo e manejado por parte legítima, motivo pelo qual dele conheço.

Ab initio, cumpre destacar que petição e documentos de fls. 518/522, embora despiçando para o deslinde do feito, não se enquadram como documentos novos, razão pela qual devem ser desconsiderados, posto que alcançados pela preclusão.

Quanto ao mérito do recurso, as omissões apontadas pelo embargante se resumem a dois pilares centrais: (1) violação do princípio da não-surpresa e (2) possibilidade de se reconhecer a tempestividade do recurso protocolizado em órgão diverso com fundamento nos princípios da boa-fé e da primazia do julgamento do mérito.

Entretanto, ao contrário que afirma o embargante, não se vislumbra nenhuma das omissões supracitadas, senão vejamos.

A tese relativa à suposta violação ao princípio da não-surpresa foi amplamente discutida por mais de uma hora na Sessão Ordinária de 28/01/2019¹, inclusive com prévia manifestação das partes, sendo afastada, na ocasião, por votos nominais da maioria dos membros deste colegiado.

Da mesma forma, a segunda tese suscitada pelo embargante, relativa ao recebimento de recurso interposto em órgão diverso, consiste na essência do voto-vista apresentado na sessão de 21/01/2019², que foi debatido por três sessões e precedido de dois pedidos de vista, sendo, ao final, acolhido por voto nominal da maioria dos membros da Corte na Sessão Ordinária de 30/01/2019³.

Como se vê, ambas as matérias foram exaustivamente analisadas e debatidas, consistindo a pretensão do embargante em autêntica tentativa de rediscussão de mérito, o que é inadmissível na estreita via dos presentes aclaratórios.

Aliás, nesse sentido, é vasta a jurisprudência desta Corte:

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=11qhe8rUHKI>

² <https://www.youtube.com/watch?v=Uqr1JiWOkXc>

³ <https://www.youtube.com/watch?v=3Uaxwno3I60>



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DE PERDA DE MANDATO ELETIVO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. QUESTÃO NÃO AVENTADA ANTERIORMENTE. QUESTÕES RELEVANTES DEBATIDAS NO ACÓRDÃO EMBARGADO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO. 1. Não há omissão quanto à ausência de debate sobre argumento não aventado anteriormente, tampouco, em relação a questões devidamente apreciadas e solucionadas. 2. Incabível rediscussão da matéria em sede de embargos de declaração. 3. Embargos conhecidos e desprovidos (TRE/AM AIME nº 0600096-19.2018.6.04.0000 - Rel. Des. Eleitoral José Fernandes Júnior – Julgado em 28/09/2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREMISSA FÁTICA EQUIVOCADA. INOCORRÊNCIA. QUESTÃO DE DIREITO E NÃO QUESTÃO DE FATO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. QUESTÃO IRRELEVANTE. EMBARGOS REJEITADOS. 1. Inexiste premissa fática equivocada se o embargante se insurge contra questão de direito atinente ao entendimento jurídico sobre a matéria, a desafiar recurso para instância superior. Precedente da Corte (Acórdão TER-AM nº 700/2014, rel. Desembargador Marco Antônio Pinto da Costa, DJe de 10.12.2014). 2. Não procede omissão sobre questão irrelevante na decisão embargada. Precedente da Corte (Acórdão TER-AM nº 707/2014, rel. Desembargador Marco Antônio Pinto da Costa, DJe de 17.12.2014). 3. Por se tratar de recurso de fundamentação vinculada, mesmo para fins de prequestionamento, os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver no julgado algum dos vícios descritos no Art. 275 do Código Eleitoral. Precedente do TSE (ED-RO 216/SP, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 12.4.2018). 4. Embargos de Declaração rejeitados (TRE/AM RE nº 42448 – Rel. Des. Eleitoral Abraham Peixoto Campos Filho – Julgado em 11/02/2019).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO A CARGO PROPORCIONAL. ELEIÇÕES GERAIS 2018. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO INEXISTENTES. MERA REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. 1. Não merecem provimento os aclaratórios, se inexistentes a contradição e a omissão alegadas. 2. Os embargos declaratórios não se prestam à rediscussão da matéria, por absoluta inadequação da via eleita. 3. Embargos de declaração rejeitados (TRE/AM PC nº 0601725-28.2018.6.04.0000 – Rel. Des. Eleitoral Aristóteles Lima Thury – Julgado em 26/02/2019).

Sendo assim, caso queira, deverá a parte interessada valer-se do recurso próprio no tempo e modo previstos pela legislação processual de regência.

Pelo exposto, em harmonia com o parecer ministerial, voto pela **CONHECIMENTO** e, no mérito, pela **REJEIÇÃO** dos os embargos.

É o voto.

Manaus, 24 de maio de 2019.

ANA PAULA SERTZAWA SILVA PODEDWORKNY
Relatora

**RECURSO EM AÇÃO JUDICIAL ELEITORAL N. 327-
94.2012.6.04.0036**

VOTO-VISTA

Senhor Presidente, eminente Corte, conforme prometido, devolvo a julgamento os autos de Embargos de Declaração no Recurso Eleitoral n. 327-94.2012.6.04.0036, dos quais pedi vista na sessão do dia 24 passado.

Manejados em face do Acórdão n. 3/2019 deste Regional (fls. 462/464), que julgou intempestivo recurso eleitoral de Saul Bemerguy, os presentes Aclaratórios foram propostos com o objetivo de corrigir supostas omissões naquela decisão.

A sentença de piso (fls. 375/381), com fundamento no art. 73, § 10, da Lei n. 9.504/1997, condenou o Embargante pela prática de conduta vedada, aplicando-lhe a sanção de inelegibilidade por 8 (oito) anos, além de multa no valor de 25 mil UFIR's.

Breve histórico

No recurso, o Embargante alega (fls. 486/495), por um lado, (1) que o acórdão não teria apresentado as deliberações da Corte quanto à eventual aplicação ao caso dos princípios da boa-fé processual e da primazia na resolução do mérito; por outro lado, (2) que não teria apontado as justificativas pelas quais desconsiderou o protocolo da Justiça Federal.

Os Embargos correm sob a relatoria da excelentíssima desembargadora Ana Paula Serizawa Podedworny, que fora designada para a elaboração do acórdão embargado, por ter proferido o voto vencedor na ocasião do julgamento do recurso eleitoral. Recordo que lançando declaração de voto, acompanhei o relator do Recurso que dava total provimento ao especial.

Em seu voto, a ilustre relatora afirma ter havido deliberação da Corte sobre a matéria em comento, ainda que não conste explicitamente do acórdão embargado. O teor do que foi discutido poderia ser acessado nas gravações das sessões plenárias, conforme sugere a eminente relatora, que se manifesta, portanto, pela rejeição dos Embargos, e a quem, respeitosamente, peço todas as vênias para apresentar tese divergente.

Não sem antes enfatizar os bem prolatados votos da ilustríssima relatora nos autos, cujo rigor e clareza tornam mais profícuo o debate. Faço essa observação – mesmo convicto das minhas razões no caso concreto – apenas para lembrar aos demais membros que, com frequência na prática desta Corte, a razão tem estado com a eminente desembargadora.

Não por outro motivo tive o cuidado de pedir vista dos autos na sessão anterior para uma análise mais detida do processo.

Dos pontos controversos

Ab initio, peço vênia para destacar duas circunstâncias fundamentais do caso, tendo em vista que alguns dos membros da composição atual não participaram do julgamento do recurso o qual se decidiu pela intempestividade do mesmo.

A primeira é que se mostra incontroverso o fato de o Embargante ter protocolizado seu recurso às 11h e 19m do dia 09/07/2018, na sede da Justiça Federal em Tabatinga (fls. 388 e certidão de fls. 522). A princípio, portanto, ele o fez no prazo do tríduo legal, uma vez que a sentença *a quo* fora publicada no DJE/TRE-AM de 04/07/2018, uma quarta-feira, conforme fls. 382.

A controvérsia se resume, justamente, em saber se é possível admitir o protocolo naquela data registrada pelo órgão.

A segunda é que os presentes Embargos constituem a primeira oportunidade em que as partes puderam se manifestar sobre a questão da intempestividade. Isso porque tal tese fora

suscitada somente na fase de julgamento do recurso, momento no qual a Corte considerou despropicienda a abertura de prazo para manifestações, sob o argumento de tratar-se de matéria de ordem pública.

Das omissões

Pois bem.

No que se refere à primeira omissão aventada, sou do entendimento de que as gravações das sessões plenárias não substituem a indicação expressa dos fundamentos usados pela Corte nas suas deliberações, de modo que a existência desses registros audiovisuais não exime o Tribunal do dever de fundamentar suas decisões.

Quanto à segunda omissão suscitada pelo ora Embargante, não houve manifestação acerca do motivo pelo qual a Corte desconsiderou o protocolo da Justiça Federal, conquanto a data registrada se insira no prazo legal de 3 (três) dias para a propositura do recurso.

Acredito seja essencial que nesta oportunidade a Corte esclareça se considera tal protocolo inválido em todas as hipóteses, ou se o faz em razão de eventual má-fé ou prejuízo ao andamento processual, ou ainda por não constar o horário em que foi realizado.

Da jurisprudência

Digo isso porque são muitos os precedentesⁱ nos quais se afastou, após ponderadas as circunstâncias do caso, a intempestividade de recurso protocolado em órgão ou setor diferente do previsto.

Destaco, entre esses, precedente do Supremo Tribunal Federal no qual aquela Corte afastou a intempestividade de

recurso protocolado em órgão diverso, “haja vista ter sido registrado dentro do prazo previsto em lei”, pois, segundo o STF, “o erro não pode ser atribuído exclusivamente ao advogado..., **sendo da responsabilidade, também, do setor que recebeu a petição do recurso indevidamente**” (STF - AgR-ED-ED-EDv RE: 755613 ES, Relator: Min. DIAS TOFFOLI) [sem grifo no original].

Das circunstâncias do caso concreto

Ora, no caso concreto, o **setor de protocolo da Subseção Judiciária de Tabatinga recebeu o recurso** dentro do prazo legal, o qual estava expressamente endereçado à Excelentíssima Senhora Doutora Juíza da 36ª Zona Eleitoral – Município de Tabatinga” (fls. 388), e o fez sem qualquer resistência ou advertência, apondo na contrafé a data de recebimento.

E foi além, ao encaminhá-lo ao Cartório Eleitoral de Tabatinga no dia 11/07/2018 (fls. 420), ou seja, apenas dois dias após tê-lo recebido.

Acrescenta-se que **a distância entre a sede da Justiça Federal em Tabatinga e o Cartório da 36ª Zona Eleitoral** perfaz, tão somente, 1,5 Km, ou cinco minutos de automóvel, o que afasta eventual benefício para o Embargante.

Ademais, conforme certidão de fls. 522, o protocolo se deu às 11h19m, **dentro do horário de funcionamento da Justiça Eleitoral.**

Essas **peculiaridades**, das quais estavam cientes as partes, **não foram objeto de controvérsia em nenhum momento da instrução do processo**, sendo, implicitamente admitidas pelo Juízo da 36ª Zona Eleitoral de Tabatinga, pelo representante do Ministério Público de primeiro grau, pela Procuradoria Regional Eleitoral e pelo então relator dos autos.

Além da inexistência de benefícios ao Recorrente, portanto, verifica-se a completa ausência de prejuízos seja às partes, seja à celeridade processual. Consequentemente, entendo que as

circunstâncias do caso concreto permitem privilegiar não somente a **instrumentalidade das formas**, mas também a **primazia na resolução do mérito**, a fim de afastar o tecnicismo excessivo e possibilitar o duplo grau de jurisdição quanto a fundamentais questões meritórias.

Ressalto ainda que, em manifestação lançada aos autos as fls. 458/460, o eminente Procurador Regional Eleitoral, dr. Rafael da Silva Rocha, sem fazer qualquer menção à matéria relacionada à tempestividade, opinou pelo provimento parcial do recurso, naquele momento excluindo “a aplicação da sanção de inelegibilidade ao recorrente Saul Nunes Bemerguy”, mantendo, por conseguinte, somente a aplicação da multa.

Por fim, em relação ao mérito do especial, mantenho o entendimento anteriormente esposado, e adiro integralmente ao voto prolatado pelo desembargador Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior, que deu total provimento ao apelo (fls. 465/477).

Sendo assim, senhor Presidente, eminentes pares, pedindo infinitas vênias à eminente relatora e aos que tem entendimento diverso do meu, voto pelo **CONHECIMENTO** e pelo **PROVIMENTO** dos presentes Embargos de Declaração.

Ato seguinte, voto ainda, por imprimir-lhes efeitos modificativos, a fim de que seja dado total provimento ao recurso eleitoral interposto em face da sentença de piso que julgou procedente à AIJE proposta pelo representante do MPE com assento na Zona Eleitoral de Tabatinga.

É como voto.

Manaus, 30 de maio de 2019.

JOSÉ FERNANDES JÚNIOR

Desembargador Eleitoral

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE APELAÇÃO ENCAMINHADA À VARA DIVERSA. ERRO ESCUSÁVEL. INTEMPESTIVIDADE AFASTADA. BOA-FÉ. RECURSO DESPROVIDO 1. Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ - SINTUFRJ, com pedido de efeito suspensivo, alvejando decisão que, nos autos da ação de execução, deixou "de receber o recurso de apelação" manejado pelo ora Agravante, sob o argumento de que "decorreu o prazo recursal". 2. A partir de consulta aos elementos que instruem o feito eletrônico, infere-se que a sentença restou publicada no E-DJF2R de 16/12/2014, tendo havido a publicação de posterior decisão em sede de embargos declaratórios tempestivamente apresentados no E- DJF2R de 19/01/2015, com a interposição de recurso de apelação em 04/02/2015. Diante do cenário delineado, em que pese o encaminhamento eletrônico tenha sido realizado a Vara Federal originária diversa, houve respeito ao prazo estabelecido no artigo 508, do Código de Processo Civil, devendo ser ressaltado que a matéria em comento já foi apreciada pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, tendo sido externado entendimento no sentido de "ser tempestivo o recurso apresentado dentro do prazo legal, embora entregue em Cartório diverso daquele em que corre o feito" (REsp 481.994/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, DJ de 28/10/03). 3. É de se destacar que o presente recurso de Apelação foi interposto ainda sob a égide do antigo CPC/73, onde a admissibilidade recursal era exercida pelo Juízo a quo. Nesse contexto, ao que parece, a jurisprudência tem admitido o recebimento de recurso, devidamente interposto no prazo legal, ainda que encaminhado à vara diversa daquela onde tramita o feito, por ser tratar de erro escusável. 4. O referido entendimento visa prestigiar a intenção da parte em recorrer e salvaguardar a boa fé do Recorrente, evitando que a parte sofra prejuízos pelo equívoco cometido pelo 1 patrono da causa. 5. Agravo de Instrumento provido para reconhecer a tempestividade da Apelação, devendo o Juízo a quo dar prosseguimento ao juízo de admissibilidade do

recurso apresentado. A C Ó R D ã O Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas: Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2017 (data do julgamento) Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA Relatora 2

(TRF-2 - AG: 00040444520154020000 RJ 0004044-45.2015.4.02.0000, Relator: VERA LÚCIA LIMA, Data de Julgamento: 26/09/2017, 8ª TURMA ESPECIALIZADA)

*Decisão Cuida-se de embargos de divergência opostos contra acórdão prolatado pela Primeira Turma desta Corte, assim ementado: Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário. Efeitos infringentes. Possibilidade, em casos excepcionais. Corte de origem. Recebimento de petição. Erro do próprio órgão judiciário no processamento do recurso. Recurso de apelação tempestivo. 1. No caso concreto, o **recebimento da petição de apelação no Tribunal a quo não poderia dar ensejo à declaração de intempestividade do recurso, haja vista ter sido protocolado dentro do prazo previsto em lei.** 2. O erro não pode ser atribuído exclusivamente ao advogado do apelante, sendo da responsabilidade, também, do setor que recebeu a petição do recurso indevidamente. 3. A Turma acolheu os embargos de declaração para, atribuindo a eles excepcionais efeitos infringentes, dar provimento ao agravo regimental e, em consequência, prover o recurso extraordinário, tão somente para que a Corte de origem, afastada a premissa de intempestividade, prossiga no exame do recurso de apelação. (...)*

(STF - AgR-ED-ED-EDv RE: 755613 ES - ESPÍRITO SANTO, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 27/04/2017, Data de Publicação: DJe-091 04/05/2017)

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROTOCOLADO NA ORIGEM. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. REQUISITOS. 1. O agravo de instrumento protocolado no Juízo de origem, e não neste TRF, deve ser conhecido por estar corretamente dirigido a esta Corte e conter todos os elementos necessários ao regular processamento. 2. Eventual equívoco no protocolo da peça recursal, desde que tempestiva, deve ser relevado, por força do princípio da instrumentalidade das formas, assentado pelo art. 250 do CPC. 3. Consoante expressamente previsto no art. 98, caput do CPC: "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça". 4. Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. 5. O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade. 6. Caso em que a presunção de hipossuficiência do agravante está presente.

(TRF-4 - AG: 50600202420174040000 5060020-24.2017.4.04.0000, Relator: LUIZ CARLOS CANALLI, Data de Julgamento: 20/02/2018, QUINTA TURMA)



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

Processo n. 327-94.2012.6.04.0036 – Classe 30 (Tabatinga)
Embargos Declaratórios em Recurso Eleitoral – Eleições 2012
Embargante: SAUL NUNES BEMERGUY
Advogados: Simone Rosado Maia Mendes
 Luiz Antônio de Araújo Cruz
 Eduardo Alvarenga Viana
 Pualani Moreira Barreto
 Jamerson Damasceno Pinheiro de Menezes
Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Relatora: Dra. Ana Paula Serizawa Silva Podedworny
SADP n. 53.712/2012

VOTO-VISTA (MÉRITO)

Senhor Presidente,

Uma vez reconhecida pela Corte, em sede de embargos declaratórios, a tempestividade do recurso eleitoral, passo a apreciar o mérito, levando-se em consideração o voto proferido pelo relator originário do feito às fls. 469/477, integralmente ratificado pelo voto divergente.

A sentença objurgada condenou o embargante no pagamento de multa pela prática da conduta descrita no art. 73, §10, da Lei 9.504/97, caracterizada, na espécie, por doação de terrenos a pessoas necessitadas em ano eleitoral.

Em apertada síntese, o voto de mérito, no sentido de prover o recurso eleitoral, está fundado em duas premissas principais: **(a)** inexistência de provas das doações efetuadas pela Prefeitura Municipal de Tabatinga e **(b)** ausência de provas do conhecimento prévio do embargante sobre as referidas doações.

Delimitada a questão em debate, passa-se à análise do mérito recursal.

1) Das condutas vedadas previstas pela Lei 9.504/97

O abuso do poder político pode se expressar por inúmeras formas. No entanto, algumas condutas, em razão de sua gravidade, foram enumeradas pelo



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

legislador nos artigos 73 a 78, da Lei 9.504/97, às quais impôs expressa vedação, independentemente da comprovação da finalidade eleitoral do ato.

Nesse sentido, inclusive, discorre com maestria José Jairo Gomes:

Caracteriza-se o abuso de poder político pela exploração da máquina administrativa ou de recursos estatais em proveito de candidatura, ainda que aparentemente haja benefício à população. Distingue-se do abuso de poder econômico, porquanto neste em princípio se encontra ausente a atuação de agente estatal.

Entre as inumeráveis situações que podem denotar uso abusivo de poder político ou de autoridade, o legislador destacou algumas em virtude de suas relevâncias e reconhecida gravidade no processo eleitoral, interditando-as expressamente. São as denominadas condutas vedadas, cujo rol encontra-se nos artigos 73 a 78 da Lei nº 9.504/97¹.

Por tais motivos, a responsabilização do agente público depende tão somente da comprovação da prática do ato, pouco importando se houve, ou não, expresso pedido de voto.

2) Da doação dos terrenos em ano eleitoral

A Lei 9.504/97 prevê em seu art. 73, §10º, que é vedado, em ano eleitoral, a **"distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública**, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa"

No caso em tela, a doação de terrenos em ano eleitoral está comprovada por Ofício da Prefeitura Municipal datado de 27/09/2012, ano eleitoral, subscrito pelo então Secretário de Política Fundiária, que, respondendo questionamentos do Ministério Público, prestou as seguintes informações (fls. 24/25):

¹ GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral** – 14. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018, p. 665



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

1) Se o Município vem realizando doações de terrenos e, em caso positivo, quando foi realizada a última doação e quais os critérios para escolha dos beneficiários.

Sim, no dia 08 de agosto do ano em curso, famílias que não tenham recebido lote anterior e que seja de baixa e média renda;

2) Ainda, em caso positivo, se a doação foi autorizada em lei e, ainda, se é referente à execução de programa de governo com execução orçamentária iniciada no exercício anterior.

Doação autorizada conforme Lei 800/07 de 31/12/2007 e Lei n 171/90 de 27/12/1990, não;

3) Se o terreno cultivado pelo sr. José de Oliveira é bem do Município ou da União.

O terreno ora em questão corresponde ao Patrimônio Público Municipal;

4) Outros esclarecimentos que entender necessários.

Faz valoroso informar que o terreno em questão foi comercializado pelo Sr. Evaristo Alves de Oliveira ao Sr. Euzébio Sabá Barbosa no valor de R\$3.600,00, realizado no dia 20/02/2010, conforme cópia do recibo anexo, o Sr. Evaristo afirmou que do valor recebido ficou com R\$2.000,00 e repassou para seu irmão Sr. José Alves de Oliveira o valor de R\$1.600,00, o Sr. Evaristo em sua afirmação realizada no dia 08/08/12, quando compareceu na referida Secretaria, na presença dos Senhores Euzébio, Silvanei Pereira Flores e Valdenei Lopes da Silva que o Sr. Evaristo testemunha onde se fizer necessário, para elucidar o fato em questão, informo também que no dia 24/08/10 conforme notificação em anexo foi encontro no local o Sr. Euzébio Sabá Barbosa, o mesmo já tinha plantado e estava cultivando uma plantação de mandioca, e tinha feito o trabalho de proteção da área com cercas de estacas e arame do qual foi expedido ao mesmo uma autorização pelo período de seis meses para que o mesmo não perdesse sua produção, conforme cópia da autorização em anexo, do qual foi solicitado que o mesmo retirasse as estacas e arame pois a Secretaria constatou que o mesmo havia invadido Patrimônio Público Municipal e tão logo tomou as medidas cabíveis como de praxe, causa estranheza à Secretaria supracitada, que só após dois anos da comercialização o Sr. José retornou ao local ora se dizendo proprietário. Informo, ainda, que no dia 07/08/12, quando o Sr. José procurou a Secretaria foi acordado verbalmente que o mesmo receberia dois lotes de terra padrão medindo (250 m²) para que fosse repassados aos filhos que não possuísse tal bem.

(Sem grifos no original)

Como se vê, as doações em ano eleitoral estão comprovadas por



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

documento oficial emitido pela própria Prefeitura Municipal de Tabatinga, que não só confirmou as doações, como também afirmou que inexistia previsão em programa de governo com execução orçamentária iniciada em ano anterior.

3) Ciência do embargante sobre a prática da conduta vedada

Na época, o embargante ocupava o cargo de Chefe do Poder Executivo de Tabatinga/AM, a quem recai a responsabilidade pela delegação e fiscalização dos agentes que lhes são subordinados.

Em assim sendo, com a devida vênia à divergência, não se sustenta a afirmação do embargante de que desconhecia as doações, até mesmo porque referidos atos não se perfazem sem a anuência do Prefeito Municipal.

Aliás, o próprio embargante, embora nominando a conduta de "permissões", **reconhece em sua contestação a doação de áreas públicas a particulares** durante o período eleitoral, bem como a veracidade dos fatos mencionados no Ofício de fls. 24/25:

"De fato, como informado pelo Ofício ao órgão ministerial, foram realizadas algumas doações de terrenos, todavia, às referidas doações foram apenas permissões decorrentes das invasões de pessoas carentes de baixa renda, e, ainda, em decorrência de um projeto de expansão iniciado no ano de 2011, com prospecto de entrega de lotes gradativamente, eis a razão da permissão dos lotes em período eleitoral, tendo sido suspenso, mesmo estando dentro da legalidade, no período eleitoral" (fls. 49, 2º parágrafo).

Além disso, merece destaque o fato de o embargante admitir em depoimento pessoal que a regularização fundiária era uma matéria que tinha "atenção especial" em seu governo e que autorizou que pessoas permanecessem em áreas públicas para que as doações fossem formalizadas após o período eleitoral:

"Sempre tive um cuidado quando se falava em invasões. Tabatinga



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

*virou um campo de invasões de terreno e eu sempre cansando de pagar pessoas para que ficassem até no final de semana, o próprio secretário sabe disso, me pedia ele para pagar pessoas para ficar nos finais de semana para não invadir. Eu sempre disse para que ele cuidasse para que não cortassem as árvores (inaudível) que cultivava e foi tudo perante a legalidade. Eu não doei terreno, eu não mandei doar. Se essa moça falou aí totalmente errado. Eu nunca doei. Eu não fiz doação de terrenos. **Mediante as invasões era feito paulatinamente, como aconteceu.** [...] Nada de doação, principalmente em período eleitoral. Não foi feito doação de terrenos. Os terrenos foram, ficaram... não tirou no período eleitoral. Invadiram e permaneceram. **Permaneceram invadido, só falei que parassem a depredar as coisas para poder, em seguida, dar prosseguimento, já que o período eleitoral não permite fazer doações**”.*

Como se vê, o próprio embargante, embora tenha negado a existência das doações, reconhece que cedeu a área pública para invasores, comprometendo-se a formalizar as doações após o período eleitoral, o que caracteriza a conduta vedada pelo §10º, do art. 73, da Lei das Eleições.

Portanto, resta cristalino que o embargante tinha conhecimento prévio do programa de regularização fundiária executado pela respectiva secretaria municipal, inclusive durante o período eleitoral, o que conduz à procedência da ação.

4) Das sanções incidentes sobre a conduta vedada

Quanto à sanções incidentes sobre a conduta vedada, deve-se ressaltar que os fatos referem-se ao Pleito de 2012, ao passo que a sentença vergastada foi proferida somente em 2018, **quando já extinto o mandato sobre o qual recairia a eventual cassação.**

Em assim sendo, o juízo de origem condenou o embargante nas duas penalidades restantes, quais sejam, a multa e a inelegibilidade.



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

A pena de multa tem previsão expressa no §4º, da Lei 9.504/97:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

§ 4º O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e **sujeitará os responsáveis a multa no valor de cinco a cem mil UFIR.**

§ 5º Nos casos de descumprimento do disposto nos incisos do caput e no § 10, sem prejuízo do disposto no § 4º, o candidato beneficiado, agente público ou não, **ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma.** (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 6º As multas de que trata este artigo serão duplicadas a cada reincidência.

§ 7º As condutas enumeradas no caput caracterizam, ainda, atos de improbidade administrativa, a que se refere o art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e sujeitam-se às disposições daquele diploma legal, em especial às cominações do art. 12, inciso III.

§ 8º Aplicam-se as sanções do § 4º aos agentes públicos responsáveis pelas condutas vedadas e aos partidos, coligações e candidatos que delas se beneficiarem.

Prosseguindo, no que tange à sanção de inelegibilidade, deve-se ressaltar que a **conduta vedada nada mais é do que o abuso do poder político em sua forma qualificada.**

Assim, se o abuso *lato sensu* implica em inelegibilidade (art. 22, inciso XIV, da LC 64/90), com muito mais razão do abuso qualificado, quando apurado em sede de Ação de Investigação Judicial Eleitoral.

Sendo assim, não há que se falar em reparos a serem feitos na decisão vergastada quanto à sanção de inelegibilidade.

Pelo exposto, com a devida vênua à divergência, voto pelo **DESPROVIMENTO** do recurso.

É o voto.

Manaus, 03 de junho de 2019

Processo nº 357-94.2012

Secretaria Judiciária
TRE/AM

Fls. _____



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

Juiza Federal ANA PAULA SERIZAWA SILVA PODEDWORNY
Relatora



Secretaria Judiciária
TRE/AM

fls. _____

Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

RECURSO ELEITORAL Nº 327-94.2012.6.04.0036 – CLASSE 30 – 36ª ZONA
ELEITORAL – TABATINGA

Relatora : Desembargadora Ana Paula Serizawa Silva Podedworny
Recorrente : Saul Nunes Bemerguy
Advogada : Simone Rosado Maia Mendes – OAB/AM nº A-666
Advogado : Yuri Dantas Barroso – OAB/AM nº 4.237
Advogado : Sérgio Roberto Bulcão Bringel Júnior – OAB/AM nº 14.182
Recorrido : Ministério Público Eleitoral

VOTO VISTA

Cuida-se de recurso (fls. 420-447) interposto por SAUL NUNES BEMERGUY contra sentença (fls. 372-381) da MM Juíza Eleitoral da 36ª Zona Eleitoral, no Município de Tabatinga, que julgou procedente a representação por conduta vedada proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, aplicando-lhe multa no valor de 25 mil Ufirs, além de declará-lo inelegível por 8 (oito) anos.

Aduz o recorrente, no mérito, (1) que as provas são incapazes de comprovar o alegado, (2) a atipicidade da conduta, (3) a ausência de conhecimento prévio e (4) a ilegalidade da condenação em inelegibilidade.

A i. relatora votou pelo desprovimento do recurso consignando que (1) a responsabilização do agente público depende tão somente da comprovação da prática do ato, pouco importando se houve, ou não, expresso pedido de voto, (2) que a doação de terrenos em ano eleitoral está



comprovada por ofício da Prefeitura Municipal, que atesta a inexistência de previsão em programa de governo com execução orçamentária iniciada em ano anterior, (3) que o próprio recorrente, embora tenha negado a existência de doações, reconhece que cedeu a área pública para invasores, e (4) que se o abuso *lato sensu* implica em inelegibilidade, com muito mais razão do abuso qualificado.

O voto da i. relatora foi acompanhado pelo Desembargador Aristóteles Lima Thury.

Há uma divergência apresentada pelo Desembargador José Fernandes Júnior pelo provimento do recurso, em face da ausência de demonstração do prévio conhecimento do recorrente, que foi acompanhado pelo Desembargador Victor André Liuzzi Gomes.

Para melhor análise, pedi vista dos autos.

Passo a votar.

O recorrente foi condenado pela prática da conduta vedada descrita no artigo 73, § 10, da Lei nº 9.504/97, que dispõe:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

[...]

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais



Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
RE 327-94.2012.6.04.0036 – Classe 30

Secretaria Judiciária
TRE/AM

fls. _____

autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

Na hipótese dos autos, está comprovada, conforme expediente da Secretaria Municipal de Política Fundiária e de Controle do Uso e Ocupação do Solo da Prefeitura Municipal de Tabatinga (fls. 24-25), a cessão de terreno público que, embora autorizada em lei, não se refere à execução de programa de governo com execução orçamentária iniciada no exercício anterior, caracterizando a conduta vedada acima tipificada.

Por outro lado, já decidiu esta Corte que, para a configuração do ilícito, é dispensável a demonstração da repercussão da conduta no pleito, conforme acórdão assim ementado, no que interessa:

Para a configuração da conduta vedada prevista no § 10, é irrelevante a conotação eleitoreira, bastando tão somente a distribuição gratuita de bens fora das situações de exceção previstas no dispositivo legal. Irrelevância do caráter subjetivo da conduta.

É dispensável a demonstração do efeito desequilíbrio na disputa, por alegada ausência de repercussão eleitoral na distribuição gratuita de bens, não se admitindo a análise subjetiva da finalidade eleitoral. A mera prática do ato descrito no preceito legal é suficiente para a configuração da conduta vedada.

(Rp 10918, rel. Desembargador Aristóteles Lima Thury, j. Em 2.10.2018)



Contudo, em relação ao prévio conhecimento, acompanho a divergência inaugurada pelo Desembargador José Fernandes Júnior no sentido de que este elemento não está comprovado.

A i. relatora consigna em seu voto que, embora nominando a conduta de permissões, o recorrente reconheceu, em seu depoimento pessoal, a doação de áreas públicas a particulares.

Ocorre que, com as vênias da i. relatora, entendo que o fato do recorrente haver se manifestado sobre as doações em seu depoimento em juízo significa apenas que, após ser citado na representação originária, passando então a ter conhecimento do que era acusado, manifestou-se sobre as doações para se defender, mas não que tinha conhecimento anterior da irregularidade das doações, ou seja, prévio conhecimento.

Pelo exposto, voto acompanhando a divergência inaugurada pelo Desembargador José Fernandes Júnior pelo **provimento do recurso**, para que seja julgada improcedente a representação.

É como voto.

Manaus, 18 de junho de 2019.

Desembargador Abraham Peixoto Campos Filho
Vistante